Taxa de incidência de acidentes do trabalho em segurados da Previdência Social – D.7

1. Conceituação

- Número de acidentes do trabalho, por mil trabalhadores segurados da Previdência Social, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
- Considera-se acidente do trabalho os “decorrentes das características da atividade profissional desempenhada” (acidentes de trabalho típicos) e os “ocorrido no percurso entre a residência e o local de trabalho e vice-versa” (acidentes de trabalho de trajeto)¹.
- São considerados trabalhadores segurados da Previdência Social apenas os que possuem cobertura contra incapacidade laborativa decorrente de riscos ambientais do trabalho.

2. Interpretação

- Estima o risco de um trabalhador segurado da Previdência Social sofrer acidente do trabalho, neste grupo populacional em intervalo de tempo determinado.
- Indica o nível de segurança no trabalho e a eficácia das medidas preventivas adotadas pelas empresas, no caso de acidentes de trabalho típicos, e o risco de um trabalhador acidentarse no seu deslocamento entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, no caso de acidentes de trabalho de trajetos.
- As taxas de incidência não padronizadas por idade estão sujeitas à influência de variações na composição etária da população, o que exige cautela nas comparações entre áreas e para períodos distintos.

3. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição da incidência de acidentes do trabalho, e sua associação com o ramo de atividade econômica, identificando ainda situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos.
- Contribuir para a avaliação e prevenção de riscos e agravos à saúde na atividade laboral.
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de vigilância da saúde do trabalhador e de segurança no trabalho.

4. Limitações

- Os acidentes de trajeto têm determinantes muito variados, que dificultam a sua caracterização.
- Baseia-se exclusivamente em informações da Previdência Social, portanto não inclui os militares, os trabalhadores informais e os servidores públicos vinculados a regimes próprios de previdência social.
- Exclui ainda, mesmo entre os trabalhadores vinculados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, os contribuintes individuais (como trabalhadores autônomos e empregados domésticos).
- O registro dos casos de acidentes de trabalho depende da apresentação da Comunicação de Acidente de Trabalho.

¹ Brasil. Ministério da Previdência Social. Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho. Brasília: MPS, 2003, pg. 11.

- Visando reduzir a subnotificação de acidentes de trabalho por meio da CAT, foi introduzido, a partir de abril de 2007, nova sistemática de concessão de benefícios acidentários. Essa sistemática torna o INSS responsável por indicar se a incapacidade do trabalhador é decorrente de um acidente de trabalho ou não. Ela permite registrar a consequência de um acidente de trabalho, a incapacidade do trabalhador, sem o registro de informações sobre a natureza do acidente. As informações gerais sobre o acidente ainda são coletadas apenas por meio da CAT. Como consequência o número total de acidentes registrados aumentou, mas não é possível classificar estes novos acidentes pelo seu tipo, se de trajeto, se típicos ou se doenças profissionais. Esses acidentes para os quais não há o registro de CAT não entram no cálculo deste indicador.

5. Fontes

Ministério da Previdência Social (MPS). Secretaria de Previdência Social (SPS) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev): Sistema Único de Benefícios (SUB) e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

6. Método de cálculo

$$\frac{\text{Número de acidentes de trabalho}}{\text{Número médio anual de segurados}^*} \times 1.000$$

* Utiliza-se a média anual por causa da flutuação, durante o ano, do número de segurados empregados, trabalhadores avulsos e segurados especiais.

7. Categorias sugeridas para análise

- Unidade geográfica: Brasil, grandes regiões, estados e Distrito Federal.
- Faixa etária: 16 a 24, 25 a 44, 45 a 59 e 60 anos e mais.
- Sexo: masculino e feminino.
- Tipo de acidente: típicos, de trajeto e não discriminado.
- Atividade econômica: seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE.

8. Dados estatísticos e comentários

**Taxa de incidência de acidentes de trabalho típicos e de trajeto (por mil), por ano, segundo regiões
Brasil, 1997 a 2005**

Região	1997		1999		2001		2003		2005	
	Típicos	Trajeto								
Brasil	20,9	2,2	17,9	2,1	13,5	1,9	14,3	2,2	16,0	2,7
Norte	12,5	1,6	13,2	1,8	12,1	1,8	12,8	1,8	14,6	2,1
Nordeste	9,6	1,4	8,1	1,4	7,0	1,2	8,3	1,5	10,0	1,8
Sudeste	23,4	2,5	19,7	2,2	13,8	2,0	14,7	2,4	16,9	3,0
Sul	25,6	2,3	21,9	2,1	18,3	2,0	18,6	2,3	19,7	2,9
Centro-Oeste	13,0	2,1	12,0	2,0	11,4	1,9	12,6	2,3	13,4	2,8

Fonte: Ministério da Previdência Social/ SPS – DATAPREV/SUB e CNIS.

As taxas de incidência de acidentes do trabalho típicos mostram flutuações entre 1997 e 2005, com tendência decrescente até 2001 e crescente a partir de então. A região Sul, que apresentava alta taxa de incidência em 1996 (quase o dobro das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), apresentou nos últimos anos tendência de queda apesar de ainda possuir a taxa mais alta entre as regiões. A região Sudeste também teve importante decréscimo.

Todas as regiões apresentaram crescimento nas taxas de acidente de trabalho de trajeto entre 1997 e 2005. As regiões Sudeste e Sul mantêm as maiores taxas de incidência, enquanto os menores valores

correspondem às regiões Norte e Nordeste. A tendência nacional e das regiões é de regular crescimento do indicador.